AS DIMENSÕES DA REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL NA GEOGRAFIA BRASILEIRA: CAMINHOS E PERSPECTIVAS

THE DIMENSIONS OF SOCIO-SPATIAL RESTRUCTURING IN BRAZILIAN GEOGRAPHY: PATHS AND PERSPECTIVES

LAS DIMENSIONES DE LA REESTRUCTURACIÓN SOCIOESPACIAL EN LA GEOGRAFÍA BRASILEÑA: CAMINOS Y PERSPECTIVAS

Ingrid Gomes da Silva
Universidade Estadual do Ceará – Fortaleza -CE
E-mail: ingrid_gomes10@outlook.com

Luiz Cruz Lima
Universidade Estadual do Ceará – Fortaleza – CE
E-mail: l.cruzlima@uol.br

Resumo:
A compreensão da reestruturação socioespacial possibilita um caminho para a Geografia discorrer sobre os movimentos e transformações, em diversos âmbitos, e corrobora a proposição de análises eminentemente espaciais, fortalecendo seus discursos e usos. Nesse sentido, o objetivo central desse artigo foi contribuir com a dimensão teórico-metodológica da reestruturação socioespacial, apontando seu caráter quadrimensional, quando referenciamos as transformações análogas ao espaço e, logo, à sociedade. Assim, como percurso metodológico, além da revisão de literaturas, foi feito um levantamento temático nas revistas da plataforma sucupira (Qualis A1 à B5). A partir disso, foi possível perceber a atribuição a uma visão quadrimensional da reestruturação socioespacial enquanto conceito, processo, metodologia e categoria, bem como para onde está caminhando o debate nas Ciências, visando entender a espacialização do conceito e seus usos científicos.

Palavras-chave: Reestruturação socioespacial, revistas científicas, espacialidade.

Abstract:
The comprehension of socio-spatial restructuring provides a path for Geography to discuss movements and transformations, in different spheres, and corroborates the proposition of eminently spatial analyzes, consolidating their discourses and uses. In this regard, the central objective of this article was to contribute to the theoretical-methodological dimension of socio-spatial restructuring, pointing out its four-dimensional character, when we refer to transformations analogous to space and, therefore, to society. Thus, as a methodological path, in addition to the literature review, a thematic survey was carried out in the sucupira platform magazines (Qualis A1 to B5). From this, it was possible to perceive the attribution to a four-dimensional view of socio-spatial restructuring as a concept, process, methodology and category, as well as where the debate in Sciences is heading, aiming to understand the concept's spatialization and its scientific uses.
Keywords: Socio-spatial restructuring, scientific journals, spatiality.

Resumen:
La comprensión de la reestructuración socioespacial proporciona un camino para que la Geografía discuta movimientos y transformaciones, en diferentes ámbitos, y corrobora la proposición de análisis eminentemente espaciales, fortaleciendo sus discursos y usos. En este sentido, el objetivo central de este artículo fue contribuir a la dimensión teórico-metodológica de la reestructuración socioespacial, señalando su carácter cuatridimensional, cuando nos referimos a transformaciones análogas al espacio y, por tanto, a la sociedad. Así, como camino metodológico, además de la revisión de la literatura, se realizó una encuesta temática en las revistas de la plataforma sucupira (Qualis A1 a B5). A partir de esto, fue posible percibir la atribución a una visión cuatridimensional de la reestructuración socioespacial como concepto, proceso, metodología y categoría, así como hacia dónde se dirige el debate en Ciencias, con el objetivo de comprender la espacialización del concepto y sus usos científicos.
Palabras-clave: Reestructuración socioespacial, revistas científicas, espacialidad.

Introdução

Pensar o espaço é permite refletir o bojo de transformações que se sucederam em diversos territórios e em diferentes contextos e temporalidades, que repercutem, por sua vez, em sucessivas reestruturações. Para isso, compreendemos a necessidade de depreender os conceitos, teorias e caminhos que conduzem esse movimento de quebras e rupturas, que personificam a reestruturação socioespacial como conceito chave para entender os meandros e intersticios geográficos.

Na conjuntura disso, é necessário pensarmos desde o núcleo, o cerne, o âmago, para, assim, podermos discuti-lo nas análises geográficas, na busca de entendê-lo de forma consolidada e totalizante, para uma interpretação e compreensão clara de tal processo.

Por isso, neste artigo, temos como objetivo discorrer sobre o debate da reestruturação socioespacial apontando uma carga teórica em associação a uma análise de proposições metodológicas que subsidiem alçar voos e evidenciar a importância desse debate para a Geografia.

Para isso, o artigo se organiza em 3 subtópicos, que sugerem o diálogo inerentes a observação holística e concatenada da Geografia, como âncoras de compreensão dos próximos debates, na intenção de preconizar uma leitura conectada e encadeada.

Assim, inicialmente, traremos a discussão da reestruturação socioespacial no sentido léxico, morfológico, semântico e funcional a partir da concepção de movimentos,

continuidades e rupturas, que irão se delinear no tempo e no espaço geográfico, repercutindo nas dinâmicas sociais.

Em um segundo momento, aproximaremos discussões análogas e conexas ao processo da reestruturação a partir de implicações nas temporalidades e periodizações que modificam os espaços imersos a um tempo condizente com as efemeridades da dinâmica socioespacial. Para isso, conceitos, processos, termos e abordagens serão debatidos com o propósito de solidificar a proposta.

Após esse diálogo, será apresentada uma discussão que conjuga nossas intenções no decorrer da escrita, a fim de compreender como está sendo feito o debate nessa Ciência e para além desta, no intuito de apontar os usos e interpretações que tal conceito predispõe. Por fim, teceremos as considerações finais de nossa observação.

Tais discussões visam compreender os interstícios que a reestruturação socioespacial demanda para as investigações geográficas, no sentido de solidificar e consolidar tal processo como categoria-chave para pensar a dinâmica espacial, a produção e a reprodução do espaço. Logo, fortificar tal debate e sugerir a reflexão sobre tais colocações é ponto inicial e sucessivo nos meandros do pesquisar, do observar, do compreender e do escrever.

A Geografia e o caráter epistemológico na compreensão continuidade/descontinuidade da reestruturação socioespacial

A reestruturação permite conceber uma diversidade de emparelhamentos mentais e conexões múltiplas no exercício do pensar. Iniciamos este tópico apoiados nessa reflexão a fim de

estabelecer a importância que a reestruturação traz consigo. Em um exercício metodológico de percepção de palavras-chaves (Figura 1) em trabalhos científicos (dissertações, teses, obras), quando o tema é reestruturação em um sentido genérico, é inestimável a quantidade de termos que se conjugam associados a tal processo, sugerindo, assim, a complexidade e a vasta abordagem. Vejamos:

Figura 1: Constelação de palavras que se associam à reestruturação



Fonte: Autores (2019).

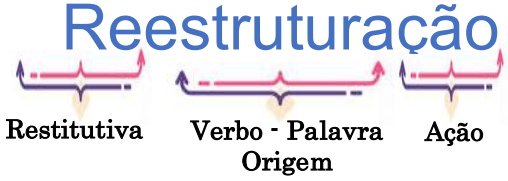
De acordo com a figura 1, é possível observar alguns termos que fazem alusão à reestruturação, nas pesquisas em artigos e obras científicas, sugerindo uma compreensão múltipla e heterogênea. Com isso, é fato a ideia da amplitude da reestruturação, em seu sentido amplo, já que, nos estudos existentes, há conceitos, processos e análises a ela associados, que nos inquietam e garantem sua elasticidade, atravessando diversos meandros do raciocínio.

A pluralidade de termos que se conjugam, diretamente, a reestruturação socioespacial permite compreender sua diversidade, bem como, muitas vezes, recorre a uma vagueza de interpretações. Nesse sentido, é importante, antes de discutirmos os processos formativos, as nuances espaciais, as noções interpretativas, as remodelações espaço-temporais, percebermos a noção estrutural que o termo reestruturação nos possibilita, desde campo léxico, gramatical e morfológico, para, enfim, refletirmos sobre suas cargas semânticas.

Gomes (2007; 2011) recorre ao dicionário como ponto de partida para tornar mais inteligível a compreensão da reestruturação. A partir disso, a autora nos informa que tal termo é definido como uma reformulação de novas bases estruturais na intenção de reorganizar, que gerará uma nova estruturação.

Antecedendo um pouco a uma definição do dicionário, se recorrermos a uma análise gramatical, a palavra reestruturação é decorrente de um processo de derivação prefixal e sufixal, o que significa dizer que, ao radical desse item lexical, foram aglutinados um prefixo e um sufixo. Assim, o item, além de possuir uma palavra de origem, possui duas intervenções gramaticais, que, obviamente, reconfiguram sua carga semântica. Vejamos a Figura 2:

Figura 2: Derivação linguística da palavra Reestruturação



Fonte: Autores (2019).

A partir da figura 2, temos a atribuição de três componentes gramaticais. O sufixo -ÇÃO[1], que atribui ao radical o ato de caracterizar uma formulação processual, sugerindo, assim, uma ação contínua que se repete e, por isso, um processo, ou seja, um caráter de continuidade e dinamicidade, que ocorre de forma gradual no tempo e no espaço.

O prefixo *RE-* possui o que Medeiros (2012, p. 585) chama de função restitutiva:

> Ação ou evento denotado pelo verbo prefixado restitui ao seu complemento um estado (este é, portanto, pressuposto). Tendo em mente tal fato, a pergunta que se coloca é se aquilo que a literatura chama de leitura repetitiva (na qual se pressupõe uma ocorrência anterior do evento denotado pelo verbo, realizado pelo mesmo agente) também é veiculada pelo prefixo.

O autor nos explica que, ao atribuirmos o prefixo RE-, não estamos erroneamente apontando um processo de repetição, em que, por exemplo, reestruturar não necessariamente significa estruturar novamente, mas sim denota um novo evento ou ação sobre o item lexical, o que, em nosso caso, significa dar uma nova ação àquela forma, sem abandono da anterior.

Isso se coaduna literalmente com a ideia da reestruturação, uma vez que não significa, simplesmente, uma substituição de estruturas, mas uma outra lógica de remodelação do espaço, em que os objetos funcionam assumindo novas funções, rearranjando e se

[1] Sposito (2004) aborda isso ao referir que termos que terminam com esse sufixo tem caráter processual, dinâmico e de ação.

reorganizando estruturalmente, mas que não provoca sumariamente o desaparecimento da estruturação anterior.

Gomes (2011, p. 53) nos coloca justamente essa atribuição, ao afirmar que "seria um engano pensar em reestruturação como outra estrutura que se sobrepõe à anterior". Lencioni (1998) aborda que é necessário afastar a compreensão da reestruturação como meras superposições de objetos e fenômenos, porque senão a compreensão estaria como uma "[...] estrutura estável e fixa [...], até o momento da ruptura; momento em que uma nova estrutura se sobrepõe a ela e a substitui".

A autora nega tal pensamento e, na contramão dessa ideia, infere que a reestruturação é dialética e dinâmica, um fenômeno que assinala novos meandros e processos que conjugam rearranjos espaciais, uma vez que nada é fixo e absoluto em uma relação de quebra/ruptura, construção e reconstituição (SOJA, 1993).

Isso conjuga, pois, a ideia de que se deve pensar *o reestruturar* enquanto movimento (LENCIONI, 1998, p. 7), visto que "as formas anteriores não se dissolvem nesse processo de reestruturação, elas se modificam e são modificadas pela teia de relações em movimento".

Se a carga de movimento e, por isso, as modificações são características essenciais na reestruturação, as periodizações se confirma nesse atributo e sugerem a necessidade de, a cada realidade observada, recorrermos à formação socioespacial como categoria central para entender tais modificações e intencionalidades por detrás dessas mudanças.

Nota-se, com isso, os conceitos e os processos de modo uno para responder a uma componente espacial. Ora, se pensarmos na

passagem de modos de produção, podemos perceber essas modificações rearranjadas e não a superposição na retirada de um fenômeno anterior colocando outro à sua frente, mas sim sua interrelação, que atende os ditames daquele determinado período e preenche sua totalidade para assumir uma nova feição espaço-temporal. Viana (2019, p. 158) nos traz essa reflexão ao discorrer que,

> Ao considerarmos a perspectiva do movimento e da totalidade, sob a perspectiva da interpretação da reestruturação [...], assumimos a possibilidade de periodização dos seus diferentes momentos a partir da definição de fases onde podem ser reunidas as características e conhecida a dinâmica específica dos elementos que variam e mudam a composição do espaço ao longo do tempo. A definição de fases é também um meio de reconstituição do espaço em busca de compreendê-lo em sua totalidade, da gênese à evolução, refletindo já sobre suas tendências, que se encontram e se superam por processos que se materializam através das formas e das funções, por meio de estruturas.

A partir disso, ocorre uma discussão mais genérica para definir uma abordagem espacial, tão cara a nós geógrafos. Logo, é importante ressaltar que não estamos apontando a discussão da reestruturação no caráter comportamental, afetivo, da vida, dos elos, mas uma reestruturação que organiza os sujeitos como sociedade e os circunscreve no espaço - a reestruturação socioespacial.

Atribuímos, então, neste momento, o adjetivo *socioespacial* conjugado à *reestruturação.* Quando discorremos anteriormente sobre a formação da palavra reestruturação, automaticamente, deixamos o item aberto a quaisquer compreensões, no entanto, ao

apontarmos um caráter socioespacial, pontuamos a dimensão pela qual nos interessamos e que sugere uma determinada abordagem. Nesse sentido, é necessário caminharmos novamente no que fizemos nas páginas anteriores ao explicarmos a morfologia e, consequentemente, a atribuição semântico-discursiva dos fenômenos.

O termo *socioespacial* é tido como palavra composta por composição do tipo justaposição, sem perda gráfica ou fonética, em que conjugam os radicais *socio* e *espacial*. Nos dicionários, a definição do adjetivo *socioespacial* é bastante ampla. Em uma base geral, o termo diz respeito aos grupos sociais e ao espaço que eles ocupam na sociedade. A partir dessa colocação, a sociedade se fixa como pilar principal que faz uso de uma base concreta que se delineia espacialmente.

Essa ideia lembra o que Souza (2008) aponta ao tecer uma crítica sobre a grafia de tal termo – se socioespacial ou sócio-espacial -, e sugere para nós uma indagação ainda bastante refletida nos âmbitos geográficos. Para muitos, isso pode parecer algo banal e sem necessidade de grande exaustão reflexiva, entretanto, em nosso ideário de discussão, isso bastante auxilia a linha de raciocínio que seguimos neste texto.

Souza (2008) faz uma análise de como a grafia do termo foi sendo modificada em diferentes acordos, formulários e normas ortográficas. O autor nos informa que, no Formulário Ortográfico de 1943, posteriormente retificado pela Lei n.º 5.765, de 18 de dezembro de 1971, o termo sócio-espacial, em lógica condizente com termos da lei (em uma formação adjetiva), é empregado com hífen.

> Os vocábulos formados pelos prefixos que representam formas adjetivas, como anglo, greco, histórico, ínfero, latino, lusitano, luso, póstero, súpero etc.: anglo-brasileiro, greco-romano, histórico-geográfico, ínfero-anterior, latino-americano, lusitano-castelhano, luso-brasileiro, póstero-palatal, súpero-posterior etc. (BRASIL, 1971).

Como *sócio* também é uma forma adjetiva, o autor afirma que, pela mesma lógica, a palavra sócio-espacial deve ser escrita com hífen. No entanto, em 1990 difunde-se um novo acordo, que recorre à supressão do hífen em vocábulos compostos formados por adjetivos. Em 2013, o Senado Federal publica atualização do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: atos internacionais e normas correlatas*, com notificações de tal supressão indicando que o radical *sócio* sofreu alteração no acompanhamento da hifenização, exceto se vier acompanhado pela letra *H*, como em *sócio-histórico*.

> Nas formações em que o prefixo ou pseudoprefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente, prática está em geral já adotada também para os termos técnicos e científicos. Assim: antiaéreo, coeducação, extraescolar; aeroespacial, autoestrada, autoaprendizagem, agroindustrial, hidroelétrico, plurianual (BRASIL, 2014, p. 26).

É possível vermos, com essa explicação, a validade da alteração da escrita gráfica de sócio-espacial para socioespacial, o que, em termos linguísticos, assinala a impossibilidade da escrita da palavra com hífen, o que a tornaria ortograficamente errada.

Entretanto, o que Souza (2008) explicita não é somente uma discordância com a grafia que o autor considera arbitrária, mas a não interpretação do que o termo quer dizer, visto que não

analisa o contexto em que é utilizada a palavra. Assim, o autor questiona as generalizações que a grafia de uma palavra pode sugerir. O autor afirma que

> A *rationale* dessa tendência parece ser um desejo legítimo de simplificação, e um ou outro gramático chegou mesmo a postular explicitamente que ao adjetivo "*socio*" (sem acento, para diferenciá-lo do substantivo "sócio") jamais se seguiria um hífen – razão pela qual termos como socioeconômico e sociopolítico só poderiam ser grafados assim, sem o traço-de-união. **Esta é, contudo, uma interpretação, e uma interpretação abusiva e arbitrária, pois presume-se que "socio" jamais possui individualidade morfológica e semântica** (SOUZA, 2008, p. 159, grifos nossos).

Para o autor, é necessário escolher o termo a ser escrito a partir do uso e da finalidade do que pretende denotar e explicitar. Quando Souza (2008) remete ao termo sócio-espacial (grafado com hífen) presume, em suma, um termo técnico, utilizado sob âmbitos específicos em algumas Ciências (como na Geografia, no Planejamento Urbano e na Arquitetura).

Nesse sentido, nesse campo específico de investigação, a grafia com hífen não deve ser entendida como errada, pois apenas tais Ciências podem considerá-la como tal. Assim, "diante da pergunta o que é correto, sócio-espacial ou socioespacial? a resposta deve ser: ambos são corretos. O uso de uma palavra ou de outra dependerá do contexto e dos propósitos" (SOUZA, 2008, p. 161). No sentido de sintetizar tal problemática, Souza (2008) nomeia duas possibilidades que acredita ser campo de inadequações e confusões

> 1) Fazer referência somente ao espaço social, que é um produto (enquanto substrato espacial

> material, território, "lugar" etc.) das relações sociais (trabalho/economia, poder/política, simbolismo/cultura) e, ao mesmo tempo, parte integrante da totalidade social concreta ou sociedade concreta (a qual compreende as relações sociais e o espaço); 2) Fazer referência simultaneamente às relações sociais e ao espaço (social), como dimensões da sociedade concreta que, sem se confundirem, são, por outro lado, essencialmente interdependentes. Ambas as dimensões (relações sociais e espaço) não se confundem ontologicamente, e por isso tampouco se sobrepõem conceitualmente, porque, embora seja um produto das relações sociais, o espaço social pode sobreviver às relações sociais que o geraram, ao menos como substrato material. [...] Afinal, as relações sociais produzem o espaço e nele "se inscrevem", "falam por meio dele" (também), "se exercem por seu intermédio" (também), mas não são, obviamente, "parte do espaço" ou um "subconjunto" do espaço, ainda que sejam influenciadas e até mesmo condicionadas pela espacialidade; de sua parte, tampouco o espaço é um "subconjunto" das relações sociais (SOUZA, 2008, p. 160).

Notamos, a partir do questionamento acima, uma explicação que vai além de uma abordagem linguística, que auxilia na "escolha" do termo socioespacial ou sócio-espacial – a abordagem teórica em associação à sua forma gráfica, ou seja, em termos geográficos - a função e a forma imersa em estruturas e processos.

Esse questionamento é referido por Catalão (2011, p. 175), autor que concorda com Souza (2008), mas critica a necessidade da abertura do debate em termos semânticos e explicativos em uma abordagem teórica ampla, visto que deve se pautar "mais na diferenciação entre determinados conceitos – que se ligam, por sua

vez, a teorias, correntes, paradigmas etc. – do que na grafia dos termos, que respeita outras lógicas".

Concordamos com esses autores e consideramos a importância dessa análise quando recaem sobre outras abordagens, como no caso da investigação da reestruturação, ao entender que as palavras possuem "força" tanto na sua forma gráfica quanto no significado. Nessa perspectiva, quando Souza (2009, p. 24) afirma que "existe a possibilidade de dupla grafia – o que constitui, aliás, algo conceitualmente conveniente e relevante", abrange o leque de caminhos a que tal abordagem pode levar, mas, ao mesmo tempo, necessita de uma explicação contextualizada da escolha.

Quando o autor citado aponta as duas possibilidades de "inadequações e confusões", remete a uma explicação conceitual pouca abordada por ele, mas bastante sugestiva. Ao diferenciar conceitualmente as grafias, Souza (2009, p. 25) diz que

> Socioespacial, sem hífen, se refere somente ao espaço social (por exemplo, tomando-o do ponto de vista do resultado de sua produção em determinado momento histórico, real ou potencial, como em um plano de remodelação urbanística); de sua parte, "sócio-espacial", com hífen, diz respeito às relações sociais e ao espaço, simultaneamente (abrangendo, diretamente, a dinâmica da produção do próprio espaço, no contexto da sociedade concreta como totalidade).

A partir da citação supracitada, o autor parece explicitar uma escolha em nível teórico do que para ele abrange a totalidade de uma interpretação do espaço e da sociedade, ao inferir que socioespacial refere-se apenas à instância social, demarcada sob uma periodização específica, como visto nos exemplos do autor.

Entretanto, não discordando do Souza (2008; 2009), mas apontando uma reflexão sobre o que diz o autor, questionamo-nos se espaço e sociedade podem ser interpretados de forma desconexa, o que sugere o espaço como viabilizador e viabilizado pelas relações sociais, revelando as reproduções dos indivíduos e, consequentemente, a reprodução do espaço. Nessa ideia, não há como pensarmos de forma separada, sob atributos geográficos, espaço e sociedade.

Bourdieu (1996) afirma que sociedade é espaço e espaço é sociedade, não existindo dicotomia, porque sem estes não haveria espaço geográfico. Sendo assim, "afirmar que socioespacial se refere somente ao espaço social e que sócio-espacial diz respeito ao espaço e às relações sociais, simultaneamente pode colocar uma divisão na relação espaço-sociedade que a Geografia tem tentado, pelo menos nas últimas três décadas, superar" (CATALÃO, 2011, p. 176).

A partir disso, o espaço é, nas palavras de Souza (2011, p. 176), "forçosamente social" e necessita de tal conotação para a interpretação das ações e reproduções que se remetem no espaço, permitindo as reestruturações de rupturas e de continuidades que vemos ao analisar diferentes formações socioespaciais e diferentes modos de produção.

Não estamos retirando a atribuição física, material e concreta do espaço, na verdade, estamos dando a importância do elo societário que perfaz o espaço geográfico e em que se delineiam o espaço e a sociedade em uma condição una. Soja (1980) aborda sobre isso afirmando que

> O próprio espaço pode ser dado primordialmente, mas a organização, o uso e o significado do espaço

> são produtos da tradução, transformação e experiência sociais. O espaço socialmente produzido é uma estrutura criada comparável a outras construções sociais resultantes da transformação de determinadas condições inerentes à vida na Terra, da mesma maneira que a história humana representa uma transformação social de tempo e temporalidade (SOJA, 1980[2], p. 209, tradução nossa).

A partir dessa assertiva, acreditamos que o espaço social já se remete à instância da totalidade com que Souza (2007; 2008; 2009; 2013) exaustivamente se preocupa, na tentativa de fortalecer nossas cargas à para Ciência Geográfica, contendo o termo socioespacial a atribuição semântico-discursiva da grafia sócio-espacial. Assim, saímos das espreitas e das armadilhas ortográficas da língua e cooptamos tanto o léxico gráfico quanto a consolidação conceitual. Catalão (2011, p. 176) afirma que

> A diferenciação proposta até poderia ter feito algum sentido nos anos 1970/1980, quando se começou a falar com mais força a respeito da dialética espaço-sociedade, momento em que o significado de espaço ainda não remetia imediatamente à sua produção social. Esse não é o caso atualmente – ainda que sejamos eventualmente obrigados a reiterar a dialética socioespacial –, quando seu uso pode obscurecer o significado do espaço (social, geográfico). Se, portanto, *socioespacial* refere-se ao *espaço social*, a que se referiria *espacial*?

A pergunta que consta na última frase desta citação perfaz o âmbito de nossa discussão. É válido apontar a imersão dessas atribuições na abstração inconsistente em que muitos termos utilizados pelos geógrafos tendem a ser calcados. O que queremos

[2] Essa citação se encontra originalmente em inglês (SOJA, 1980, p. 209).

dizer com isso é que não damos a Geografia, muitas vezes, o caráter máster de atribuição dos fenômenos e tomamos de empréstimo de outras Ciências o que nos é tão caro - a espacialidade em seu sentido geral.

Essa intenção não atribui um devaneio, mas fomenta o *status* que a Geografia tem de somar e validar a constante espacial nas interpretações sociais. Santos (2008, p. 18), sobre isso, afirma que apoiar a Geografia Nova não é supor uma invenção do novo, visto que "o novo não se inventa, descobre-se".

Nesse sentido, concordamos que há necessidade do termo socioespacial em seu sentido de palavra-ação ideal nas abordagens geográficas, garantindo a notificação do espaço, da sociedade, das relações, dos elos, das acumulações e das transformações que recorrentemente estudamos quando pensamos em Geografia.

Assim, passeando pela grafia brilhantemente explicada por Souza (2008; 2009) e apreendida por Catalão (2011), entendemos que pensar o espaço sugere pensar também a história, os períodos, as temporalidades, as fases, os indivíduos, as relações que se delineiam e que temos como ponto de partida para conceber as teorias que preconizam as estruturações e as consequente reestruturações.

Ao passo disso, aplicarmos o termo socioespacial permite navegarmos por essa intenção de entender o movimento e afirmar um termo eminente geográfico nas investigações científicas. Isso não significa ser pretensioso, visto que esse processo já vem sendo debatido em diversos campos, mas fortalece sua base, para, assim, a Geografia reconhecê-la como categoria central de análise.

Sendo assim, consideramos a reestruturação socioespacial como ente "guarda-chuva" ao se pensar os movimentos espaciais, no que se refere à análise das periodizações dos modos de produção, à mudança da linha de produção da industrialização, às modificações urbanas, às intervenções no campo, entre outras abordagens, colocando a reestruturação como constante socioespacial nas investigações geográficas.

Para Gottdiener (1993, p. 230), a reestruturação é um "fenômeno socioespacial" que resulta no movimento e no resultado das mudanças, quer sejam sociais quer seja, espaciais. Gomes (2011, p. 54) assinala que a reestruturação do capitalismo é, em essência, um "fenômeno socioespacial, pois é fruto do processo social capitalista tardio e do processo espacial de desconcentração, na medida em que os fenômenos deixam de ser sociais e/ou espaciais e passam a ser socioespaciais [...] são ao mesmo tempo produtos e produtores".

Sendo socioespacial, admite mudanças contínuas e descontínuas nos sujeitos e nos espaços em que se relacionam, confluindo em um processo dinâmico e necessário às adaptações, para a manutenção de cada temporalidade. Soja (1993, p. 194) nos possibilita entender essa ideia ao dizer que

> A reestruturação não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados. Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle de forças que configuram a vida material. Assim, ela implica fluxo e transição, posturas

> ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança.

Nesse movimento de fluxos e transições, as continuidades se tornam descontínuas e formulam continuidades entrelaçadas às anteriores, não apontando uma supressão de períodos e objetos, mas sobreposições com características entre o novo e o velho, mas, na verdade, utilizando novamente os prefixos, se (re)descobrindo, (re)constituindo, (re)modelando e (re)configurando. Assim, reestruturação

> Não quer dizer que uma estrutura se sobrepõe à outra e a primeira deixa de existir. Ela possui **resíduos**, **passando a coexistir elementos pertencentes a primeira e a segunda, formando um amálgama.** [...] Ainda, pode-se afirmar que a reestruturação só ocorre quando as estruturas socioespaciais necessárias à acumulação tornam gargalos para alavancar o crescimento e, consequentemente, a produção e a reprodução do capital (GOMES, 2011, p. 55, grifos nossos).

Nesse movimento, o espaço e o tempo são as categorias centrais que nos permitem perceber a materialização das continuidades e das descontinuidades socioespaciais, sendo o tempo não apenas comprimido, mas processado (CASTELLS, 2000), e o espaço, a materialização da processualidade causal que demarca ritmos, flutuações e periodizações.

Compreender esse movimento suscita a ativação de choques nas histórias, reativando descontinuidades e ocasionando rupturas em uma sequência alinear que não varre antigas estruturas, formas, processos e funções, mas remodelam temporalidades às ações presentes intencionadas.

Viana (2019, p. 159) nos abaliza dizendo que "as continuidades testemunham o movimento dos processos socioespaciais, estando estas também inseridas no processo de produção do espaço e aproximam-nos cada vez mais da compreensão da totalidade espacial", que permite, por sua vez, denotar "[...] uma herança histórica nas contradições do processo de produção do espaço".

Isso incita conceber a reestruturação como ponte metodológica de apreensão às avessas dos discursos evolucionistas, bem como possibilita a interpretação das intencionalidades das transformações a que o espaço, os indivíduos e os fenômenos se adaptam e em que enxertar um poderio de acumulação e concentração capitalista.

A reestruturação socioespacial, então, aponta um processo, tanto pela manutenção do sufixo -ÇÃO, como pela continuidade de remodelamentos e transformações que se modificam e alteram as dinâmicas socioespaciais em um sentido amplo. Isso preconiza entendermos o que Soja (1993) abordava sobre a reestruturação como "freada", ou seja, a tendência à ruptura. Nos dicionários, *ruptura* significa a interrupção de um fenômeno, de um ente ou de uma continuidade. Essa ideia possibilita entender justamente a necessidade de uma nova fase ou período que fomenta uma reestruturação a partir da

> [...] quebra ou a interrupção do contínuo permite-nos uma análise das contradições dos processos socioespaciais inerentes à produção do espaço. O ponto das rupturas sugere o início de uma nova fase, nova não no sentido da heterogeneização da forma, da função e do conteúdo que a estrutura conserva, mas nova no sentido da superação e

> também da durabilidade das dinâmicas de homogeneização da estrutura (VIANA, 2019, p. 160).

A reestruturação é, então, o fenômeno resultante das continuidades e das sequencialidades de rupturas, tendo nas contradições o reflexo pujante da manutenção das formas e das estruturas, bem como a possibilidade de crises emergenciais que solicitam a manutenção ou o soerguimento de determinados períodos.

Nesse âmago, devemos olhar não só para as mudanças espaciais, mas buscar uma investigação a partir do tempo, a fim de desvendar o cerne que preconiza tais passagens de períodos que se enfatizam e repercutem nos indivíduos, denotando o atributo socioespacial de investigação.

Assim, nessa passagem e movimento que fazem compreender a reestruturação, não devemos caminhar sobre o estatismo e nem tão pouco generalizar e afastar a semente geográfica de uma análise espacial. Reestruturar é perceber o movimento dos tempos, dos períodos e das fases, é olhar para as formações sociais, econômicas, políticas e espaciais, visto que "nenhuma sociedade tem funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fix[as], nenhuma é marcada por formas definitivas de propriedade, de relações sociais" (SANTOS, 1979, p. 25). A partir disso, olhar para a reorganização, para os movimentos de rupturas que marcam os territórios e englobam os sujeitos é denotar a reestruturação socioespacial (LIMA, 2006; 2008).

A reestruturação é, nas ideias de Moreira (2001), a passagem de um modelo espaço-tempo indo além da concepção do novo, mas a correspondência da transformação percebida através de

interesses estruturais e supraestruturais. Assim, há a necessidade de discutir o espaço e entendê-lo como totalidade, fragmentando-o e reconstituindo-o cíclica e espiralmente, com o fito de compreender que, à medida que as estruturas globais perfazem uma modificação, o espaço se delineia através de adequações que o transformam e permitem outras transformações.

Assim, o conceito de reestruturação socioespacial dá conta dos imbricados "processos de mudança amalgamados na sociedade que se (re) produz e se materializa no território. Corresponderia, pois, aos momentos de ruptura e reorganização do espaço e da sociedade" (SANTOS; LIMA, 2012, p. 63).

Assim, a concepção da reestruturação como análise espacial - a partir da abordagem socioespacial - possibilita um caminho para a Geografia discorrer sobre os movimentos e as mudanças das esferas da vida nos âmbitos políticos, culturais, sociais, econômicos, corroborando a proposição de análises eminentemente espaciais no fortalecimento de seus discursos e de seus usos. Nesse contexto, a reestruturação socioespacial pode apontar o que chamamos de caráter quadrimensional (Figura 3):

Figura 3: Caráter quadrimensional da reestruturação socioespacial



Fonte: Autores (2020)

A partir da explanação contida na figura 3, concluímos que a reestruturação socioespacial dá conta de quatro esferas de abordagem teórica. Aborda, pois, uma definição *conceitual*, amplamente discutida por Lima (1999; 2006; 2008); uma abordagem *processual,* que impulsiona a cadeia do movimento e sugere flutuações de continuidades e descontinuidades/rupturas; uma abordagem *categórica*, a partir da centralidade e da consolidação propositiva na interpretação da união das categorias tempo-espaço/espaço-tempo; e uma abordagem *metodológica,* que possibilita a investigação de ilhas temáticas e espacializações que se transcrevem através da periodizações e da temporalidades que se refletem no espaço geográfico.

Tendo em vista isso, fica a indagação de que predicativo utilizar para definir a reestruturação: processo, conceito, categoria ou metodologia. Tal dúvida tem resposta similar à de Souza (2007) quando o questionam qual grafia usar para socioespacial. Nesse sentido, responderíamos que tal escolha teórica é refletida a partir do contexto a ser observado pelo (a) pesquisador (a), sugerindo a fuga de generalizações, obscurantismos e más interpretações, por outro lado, impulsionando, sobretudo, a efervescência que o debate encerra.

Nessa medida, proporcionamos um caráter epistemológico a tal processo de suma relevância nas abordagens geográficas. Reestruturar é, como afirmamos no início deste tópico, uma imensidão de interpretações. Observar o caráter socioespacial é materializar a amplitude de multidimensões.

Santos (1979), parafraseando Aristóteles (1931, p. 78), lembra que "O que não está em nenhum lugar não existe". O filósofo nos diz a pertinência que o espaço tem para compreender a vida, o mundo, as relações. Aristóteles (1931) nos convida a pensar que o espaço deve ser início, meio e contínuo caminho para olharmos e percebemos tudo que existe e insere aí, de forma indeterminada, a quem nele produz e se reproduz, ou seja, a sociedade. Harvey (2012) tem a mesma percepção e soma o tempo nessa busca de se entender a existência.

Santos (2008), ao criticar a Geografia acerca da vagueza de métodos e metodologias, impera a emergência de procurar cargas teóricas próprias que consigam analisar o espaço geográfico. Como o espaço é reunião de movimentos pretéritos, presentes e proposições futuras, cabe entendermos que a reestruturação socioespacial possibilita a interpretação e a compreensão dessa teia fervorosa de investigações múltiplas. Acreditamos, assim, que, ao investigar uma determinada espacialidade, devemos caminhar na perspectiva miltoniana de desvendar as formações socioespaciais no construto histórico-geográfico e, além disso, buscar as continuidades e descontinuidades em um movimento de quebra/ruptura que denota as dinâmicas espaciais.

Para isso, objetivamos apontar que a) a reestruturação socioespacial se comporta como ente de transformações intencionadas estruturalmente de tempos em tempos, a partir de uma base material-espacial determinada, que modifica as formações socioespaciais; b) a ação de movimento gradual repercute em uma base de processo e de (des)caminhos, a fim de uma readequação aos ditames impostos por uma ordem globalizante; c) a

dimensão categórica perpassa diversas esferas e âmbito, delimitando os níveis da vida; d) o caminho e a possibilidade permitem conceber a instrumentalização das periodizações que demarcam as transformações socioespaciais, através de uma possibilidade metodológica.

Nesse percurso, tentamos possibilitar não respostas, mas reflexões acerca da reestruturação socioespacial como conceito, processo e categoria até o presente momento, para que possamos pensar sobre o quarto caminho, que possibilita a materialização da reestruturação como possibilidade metodológica.

Os interstícios geográficos do processo de reestruturação socioespacial

É possível, a partir das considerações traçadas até o presente momento, concluir a importância que a reestruturação socioespacial carrega consigo. Ora, através da sua visão quadrimensional, pode-se conseguir sua interpretação, sobre o nível de abordagem e os usos que tal termo conjuga. Se pensarmos como conceito, as definições alcançam o nível categórico das teorias associativas que evocam a reestruturação socioespacial.

Para isso, apontamos conceitos que nos possibilitam a interpretação dessa categoria geográfica (se é que já podemos chamá-la assim), compondo a díade indissociável espaço-tempo e pensando a composição de novas interpretações que salvaguardam a compreensão das periodizações e dos eventos que produzem e reproduzem o espaço.

Entretanto, é fato também apontar que, mesmo a amplitude de importância que esse conceito-processo-metodologia-

categoria apreende, ocorre, nas literaturas, uma vagueza de debate que é imprescindível, sobretudo, para a Geografia.

Há quem considere que há um amplo debate da reestruturação na Ciência Geográfica. De fato, há um debate vasto, mas, quando o termo se associa ao predicativo socioespacial, a discussão ainda é vaga. A reestruturação socioespacial é uma abordagem, sobretudo, eminentemente geográfica e necessária para a Geografia fazer uso.

Nesse sentido, depois de termos construído possibilidades de pensamentos, é necessário vermos como estão sendo referidas as abordagens e os usos, ou seja, as dimensões da reestruturação socioespacial na Geografia e fora dela.

Nesse âmago, caminhamos no intuito de entender as dimensões da reestruturação socioespacial percebendo-a como campo que necessita do contínuo debate, a fim de sugerir interpretações ao atributo geográfico. Para isso, observaremos como e onde estão os seus usos, os Institutos de Ensino Superior (IES) e onde mais se escreve sobre o fenômeno. Por fim, na tentativa de possibilitar proposições teórico-práticas, proporemos a discussão de tal processo como possibilidade metodológica a partir do critério da periodização.

Reestruturação socioespacial: para onde está caminhando o debate?

O que caminha para o fim também alimenta novas possibilidades e compreensões, sugerindo diversas facetas para se pensar a vida, em diferentes contextos e depreensões. A reestruturação socioespacial é um processo que se apresenta como

caricatura disso, uma vez que podemos concluir que a reestruturação socioespacial é o manuscrito de temporalidades que detém ao espaço transformações inerentes aos períodos e fornece a sociedade seu delineamento de mudanças sobre todas as esferas da vida.

Assim, entende-se que formação socioespacial "oferece o arcabouço da sucessão dos modos de produção e dos ingredientes antropológicos. [...] Aclara-se, desse modo, o sentido de reestruturação socioespacial como renovação, com inserção de novos componentes" (LIMA, 2008, p. *s.n.*) que permitem diferentes usos.

Com essa reflexão, discorremos sobre a importância da reestruturação socioespacial. Nossos esforços se deram em um campo teórico, de primeiro momento, uma vez que temos um debate já aprimorado sobre esse conceito, mas que, se investigarmos em totalidade, necessita do mérito de transpor barreiras e consolidar para a Geografia o que dela se tem de fundamental – o espaço.

Assim, na tentativa de compreender a reestruturação socioespacial e seu panorama no cenário brasileiro, realizamos um levantamento temporal da reestruturação socioespacial, com o propósito de observar um nível metodológico de abordar o contexto em que tal processo está sendo discutido, bem como as Ciências e espacialidades dos debates na Geografia Brasileira.

Esse levantamento resultou na observação a partir das revistas de conceitos A1 a B5 à procura da discussão acerca de tal temática. Assim, seguindo tal metodologia, foi realizado levantamento temático em 1554 revistas, em que foram encontrados 640 artigos sobre a reestruturação no sentido geral, a considerar todas as tipologias, como reestruturação produtiva,

estatal, econômica, territorial, dentre outras, (Tabela 1) e no que concerne à reestruturação socioespacial.

Tabela 1: Tipologias e Adjetivações da Reestruturação

Ranking	Variável	Quantidade de publicações	%
1º	Reestruturação Produtiva	298	46.56
2º	Reestruturação Urbana e das Cidades	109	17.03
3º	Reestruturação Econômica	72	11.25
4º	Reestruturação Socioespacial	47	7.34
5º	Reestruturação Espacial	37	5.78
6º	Reestruturação Industrial	28	4.37
7º	Reestruturação Territorial	27	4.21
8º	Reestruturação Estatal	10	1.56
9º	Reestruturação do Trabalho	6	0.93
10º	Reestruturação Imobiliária	6	0.93
-	**Total**	**640**	**100**

Fonte: Plataforma Sucupira (2019). Autores (2020).

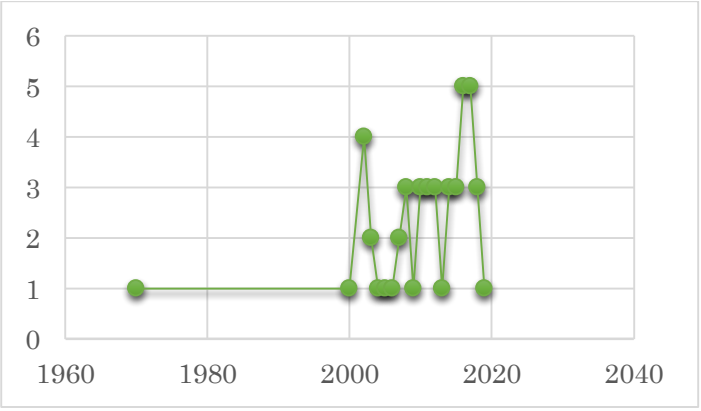
No total de artigos levantados, na escala temporal observada, encontramos dez variáveis que percorreram nossas buscas sobre a totalidade amostral. Percebemos, na ordem vista sobre forma de ranking, um maior debate da reestruturação sobre a análise produtiva (tanto na Geografia, como fora dela) e uma discrepância de publicações se compararmos com os demais eixos.

Ainda de acordo com a tabela 1, é possível inferir que a reestruturação socioespacial não é numericamente o campo de

discussão mais vasto, quando a temática é a reestruturação. Atingindo apenas 7% da totalidade encontrada, em cerca de dez tipologias, essa variável atingiu o quantitativo de 47 artigos publicados em diversas revistas de diferentes Qualis.

A escala temporal investigada se deu de 1970 a 2019, representando a faixa de 49 anos de observação. Foram perceptíveis diferentes fases (Figura 4) de soerguimentos e rebaixamentos nessa investigação, mas com possibilidades contínuas de debate sobre essa temática, que abrange não apenas a Ciência Geográfica, mas também diversos campos.

Figura 4: Gráfico da escala temporal da reestruturação socioespacial



Fonte: Autores (2020).

É possível perceber, nesse gráfico, que a concentração de publicações se deu nos anos 2000, com a primeira alta em 2002, que equivaleu a 8%, e, posteriormente, um maior número de publicações nos anos de 2016 e 2017, equivalendo ao total de 21,2%. Nos anos

seguintes, o percentual diminuiu um pouco, mas nada demasiadamente expressivo.

Além do elemento quantitativo (47 artigos) e da visualização do balanço da escala temporal, é interessante percebermos o contexto qualitativo das publicações. Nesse sentido, pesquisando os cinco Qualis (A1 até B5), podemos visualizar qual o interesse de cada revista acerca da temática (Tabela 2).

Tabela 2: Quantitativo de artigos acerca da reestruturação socioespacial e respectivos Qualis

Qualis	Quantidade	%
A1	2	4,25
A2	14	29,7
B1	11	23,4
B2	7	14,8
B3	9	19,1
B4	2	4,25
B5	2	4,25
Total	47	100

Fonte: Autores (2020).

Diante da exposição da tabela 2, é possível perceber que o percentual maior de publicações está no Qualis A2 e B1. Isso permite concluir um bom nível de debates presentes nos artigos, uma vez que os textos observados constam em revistas acadêmicas de conceitos consideráveis, o que reflete que tal processo abarca discussões vastas e densas.

Na pesquisa levantada, foi possível perceber que o debate, em maioria, se deu sob quatro Ciências, que discorriam muitas

vezes, intitulando tal debate de reestruturação socioespacial, reestruturação espacial, social e espacial. Vejamos a distribuição quantitativa, na tabela 3:

Tabela 3: As Ciências e o debate da reestruturação socioespacial

Ciências	Quantidade	%
Ciências Sociais	1	2,1
Educação	1	2,1
Geografia	44	93,6
Serviço Social	1	2,1
Total	47	100

Fonte: Autores (2020).

Diante desse contexto, vemos a expressividade desse debate na Ciência Geográfica, com o valor percentual de 93,6%, equivalendo quase ao valor total. Tal expressividade marcada pela Geografia sugere a concepção em voga em uma discussão abrangente, uma vez que compreende o espaço e a sociedade, somando elementos associados à economia, à política, à cultura, entre outras.

Entretanto, a partir do exposto, foi possível perceber que apenas quatro áreas do conhecimento debateram sobre o assunto, no total de 14 encontradas no contexto geral da reestruturação. Não podemos responder o motivo desse resultado, mas precisamos examinar essa constatação, a fim de propor, para tais campos, a discussão sobre essa possibilidade de se discorrer sobre a temática.

Além de considerar o contexto, é interessante entender também os caminhos científicos que a reestruturação socioespacial emite, é necessário, além disso, compreender as espacialidades que tal processo responde, uma vez que essa base é a compreensão *sine qua non* da Geografia, ou seja, entender como está sendo espacializado e debatido o processo de reestruturação socioespacial é depreender os caminhos e descaminhos dessa categoria. Nesse sentido, observemos o contexto (Tabela 4):

Tabela 4: Ranking de Estados com publicação sobre reestruturação socioespacial

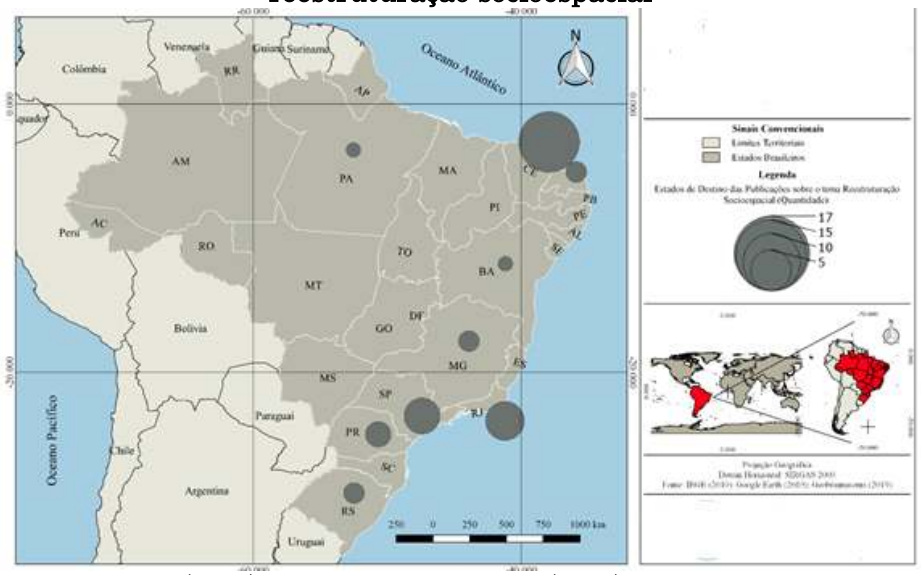
Ranking	Estado	Quantidade	%
1ª	Ceará	17	36,1
2ª	São Paulo	10	21,2
3ª	Rio de Janeiro	7	14,8
4ª	Paraná	3	6,3
5ª	Rio Grande do Norte	3	6,3
6ª	Minas Gerais	2	4,2
7ª	Rio Grande do Sul	2	4,2
8ª	Tocantins	1	2,1
9ª	Pará	1	2,1
10ª	Bahia	1	2,1
	Total	**47**	**100**

Fonte: Autores (2020).

O conjunto de dados expressos acima apontam a região Nordeste (21 artigos) e o estado do Ceará em primeiro lugar nas publicações sobre a temática, com um percentual expressivo de

38,2%, apresentando 17 artigos publicados em diferentes contextos, escalas e observações. Na tentativa de espacializar por concentrações, a fim de compreender melhor em uma base escalar, observemos o Mapa 1 apresentado a seguir.

Mapa 1: Estados de origem das publicações sobre o tema da reestruturação socioespacial



Fonte: IBGE (2010). Organização: Autores (2020).

É possível ver o contexto macro que a reestruturação socioespacial delineia, sobretudo na Geografia Brasileira, uma vez que tal Ciência reúne um total de 93,6% de publicações, como informado na Tabela 5. Nesse sentido, observando o mapa 1, conseguimos ver a concentração espacializada que a reestruturação socioespacial conjuga. Nesse mapa de concentração disposto acima associam as quantidades de publicações por localidade, a fim de mostrar o impacto quantitativo diferencial por estado.

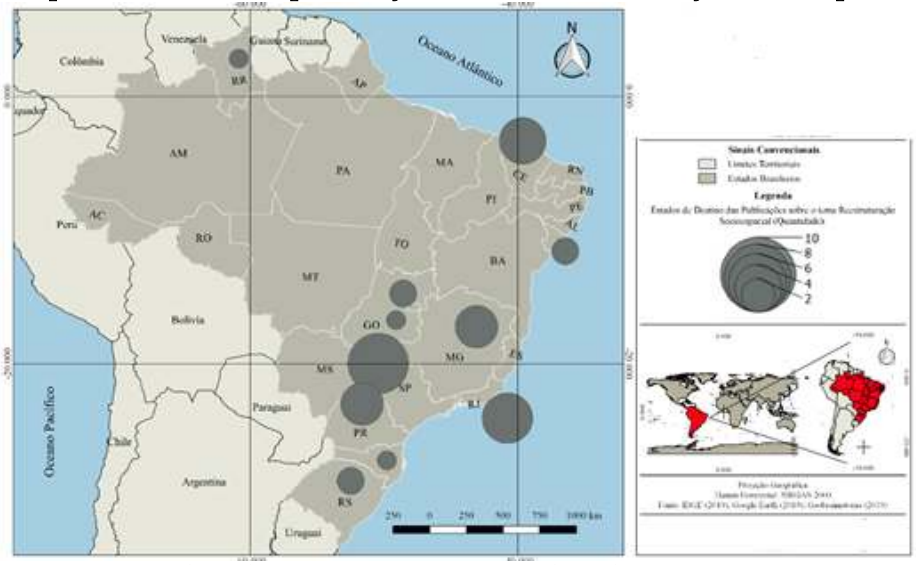
Ainda nesse mapa, temos os estados de origem das publicações, que assinalam de onde partem as discussões. Nele, podemos ver o maior aglomerado se dando no Ceará, tornando-se isolado numericamente se comparado a outros estados brasileiros. As publicações no contexto nacional se realizam em estados que traçam imaginariamente uma linha litorânea, caminhando do Ceará para o Rio Grande do Sul.

A espacialidade bem disseminada no Brasil exige que olhemos tal conceito com a relevância que ele sublinha, entretanto temos estados brasileiros onde tal debate não é encontrado e outros com numerações irrisórias no que se refere à abordagem de outras tipologias. Acreditamos na necessidade de mudança desse quadro, sugerindo perceber a constante socioespacial em uma compreensão que possibilita buscar a totalidade.

Se visualizamos na última tabela apresentada, a Geografia encontra suas bases, o que pode ser inferido em função do grande número de publicações. Acreditamos, pois, que eis o lugar que representa o interesse maior de discussão geográfica.

Santos (2008), as confusões e os reducionismos encontrados nas confluências do objeto e dos métodos geográficos, aponta um problema para a Geografia ao se autoafirmar. Talvez tenhamos, enquanto geógrafos, que arriscar o que de mais importante compete a Geografia, e acreditamos que as bases da reestruturação caminham para isso. Assim, é importante vermos as origens de onde saem o debate para sabermos os caminhos que as discussões estão traçando. Para observar isso, construímos o Mapa 2, apresentado a seguir.

Mapa 2: Destino das publicações sobre reestruturação socioespacial



Fonte: IBGE (2010). Organização: Autores (2020).

O mapa 2 revela a origem dos artigos, ou seja, de onde eram os escritores e escritoras. Ao contrário disso, o Mapa 2 aborda para onde os artigos vão. Assim, podemos ver uma mudança de padrão se compararmos estes ao mapa anterior. O estado do Ceará continua em alta, ainda representando a concentração, mas a região e os estados do Sudeste e Sul, respectivamente, conseguem se expressar de forma mais condensada.

Tal mapa aponta que a reestruturação socioespacial vai continuamente se fazendo presente até em regiões e estados em que

ela, até então, não era considerada, possibilitando os saltos de escala. Essa magnitude permite que concebamos e continuemos a debater tal processo para sugerir sua contínua representação. Mesmo com um percentual pequeno se comparado à reestruturação em sentido geral, os mapas traduzem as discussões que se delineiam no espaço e possibilitam novas compreensões e usos.

Não podemos verificar um conceito sob uma perspectiva ensimesmada, ou apenas considerarmos os números como questão central nas abordagens, mas combinar os parâmetros para entender, de forma contextualizada e sem pré-conceitos, os temários que estão contidos na Ciência, mas também fora dela.

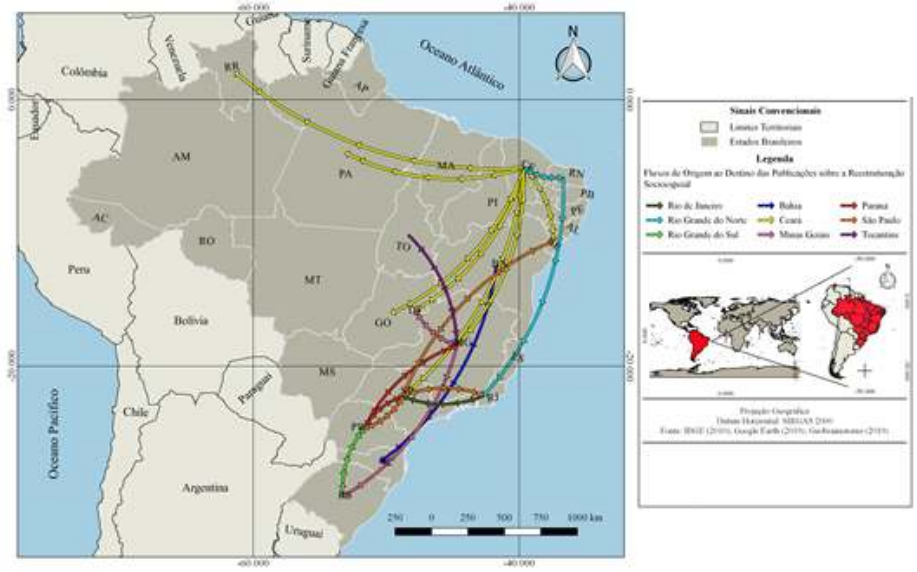
Quando Moreira (2002) afirma que a reestruturação espacial é o novo ordenamento territorial que emana características produtivas, espaciais, estatais, entre outras, o autor também admite um novo ente geográfico que demarca uma base político-territorial, além de uma observância econômico-social e a diversidade do princípio cultural que navega por entre as espacialidades.

Logo, não devemos apenas investigar a origem dos debates nem tampouco averiguar os destinos finais de tal abordagem. O que, na verdade, propomos é compor o entrelaçamento de usos e de práticas que a reestruturação socioespacial infere no campo geográfico, para, assim, entender a sua completude.

Nesse sentido, tentando traçar esse panorama para enxergar a comunicação e a transposição de barreiras geográficas, a fim de corroborar o entendimento dos caminhos, traremos agora uma exposição a partir do levantamento temático realizado em nossa metodologia, no sentido de denotar o percurso que tal

processo-categoria-conceito-metodologia realiza. Para isso, o Mapa 3, a seguir, sublinha o panorama espacial que reflete a base dos nossos escritos.

Mapa 3: Fluxo de publicações da reestruturação socioespacial



Fonte: IBGE (2010). Organização: Autores (2020).

O Mapa 3 traz, em forma de fluxos, o panorama do deslocamento da publicação dos artigos referidos à temática discutida. Na ilustração, é possível visualizar nove percursos (mostrados pelas cores e pelas setas) que a RSE apresenta no território brasileiro, possibilitando a depreensão da espacialização tão precisa de tal processo.

Tal mapa conduz à união dos quatro mapas que iniciam este tópico, possibilitando uma interpretação vasta e única de um caminho tão diverso, que perpassa todas as regiões brasileiras e propõe um contínuo debate para permear outras veias dos estados circunvizinhos

Acreditamos, assim, que, ao pontuar a concentração e os fluxos, temos uma visualização quali-quantitativa, ou seja, uma abordagem que não se encerra sob um atributo, mas sob uma pluralidade.

Assim, a base de fluxo-concentração elucidada não revela apenas os parâmetros quantitativos, mas apresenta a espacialização e o movimento que tal conceito realiza. Podemos ver, com isso, que a discussão atravessa o Brasil, mostrando diferentes contextos, observações, análises, perspectivas e escalas. Dividindo em eixos, o Quadro 1, a seguir, apresenta tais contextos.

Quadro 1: Temáticas dos artigos sobre reestruturação socioespacial

TEMÁTICAS	CIÊNCIA
Transformações territoriais no campo	Geografia
Formação de identidade ocupacionais	Educação
Migrações internas sobre o ideário de concentração e desconcentração do espaço urbano regional	Ciências Sociais
Expansão urbana e incrementos urbanísticos	Geografia
Sistema de previdência social	Serviço Social
Neoliberalismo e globalização	Geografia
Sistemas Técnicos	Geografia
Meio Técnico-Científico-Informacional	Geografia
Dinamização de portos	Geografia
Seletividades técnicas	Geografia
Transformações na Indústria	Geografia
Periodizações	Geografia

Fonte: IBGE (2010). Organização: Autores (2020).

Reunimos em onze temáticas as diferentes discussões empreendidas pelos autores dos artigos. Cada temática aborda uma pluralidade de debates que não se legitimam por uma variável, mas por diversos elementos, como abordagens sociais, econômicas, políticas.

Quando pensam sobre o fenômeno da reestruturação no campo, os autores recorrem às lutas, à modernização da agricultura, à mudança no contexto produtivo, à transformação no mercado de trabalho, à flexibilização e à saúde dos trabalhadores. Um contexto que atravessa os limiares da reestruturação produtiva, territorial, trabalhista, estatal.

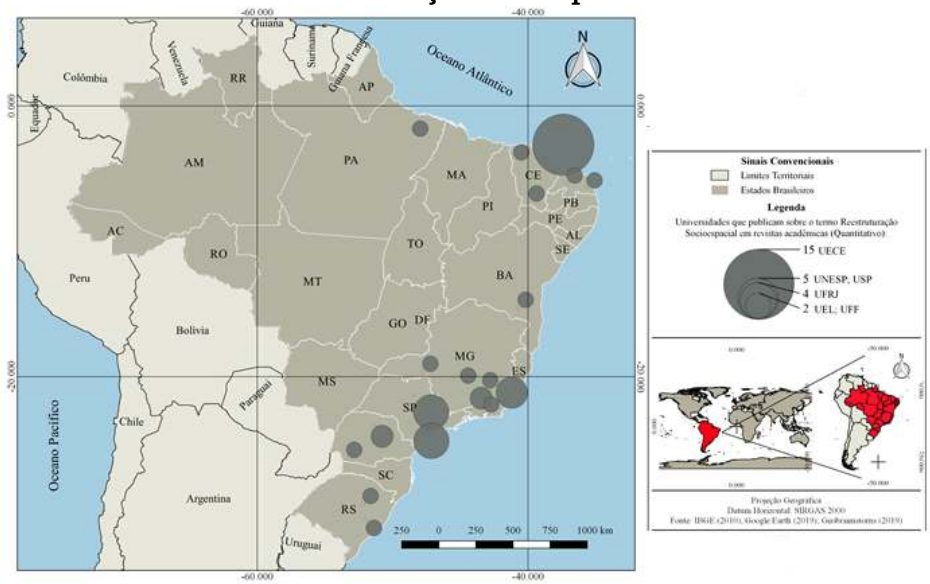
Quando se discutem as desconcentrações urbanas, os empreendimentos imobiliários, as seletividades, as espacialidades portuárias, residenciais, comerciais, industriais e as migrações, tudo isso abaliza a transformação se considerarmos a escala mais específica da reestruturação urbana e das cidades, para o temário mais amplo da reestruturação socioespacial.

Também, quando vemos o berço das discussões emparelhadas na função estatal, neoliberalismo, precarização, globalização, novas funções e atores, mudança do capital produtivo, reforma da máquina pública, conduzimos a seara macroestrutural de relações político-econômico-sociais que enquadram qualquer contexto espacial.

Por fim, ao pensar o meio técnico-científico-informacional, a transformação dos sistemas técnicos, a possibilidade de periodizações, a díade espaço-tempo, além de outros elementos, os artigos confluem-se na abordagem teórica, metodológica e prática de se visualizar as transformações e as contradições inerentes aos espaços e à sociedade.

Para saber o caminho pelo qual o debate está sendo conduzido e quais suas proporções, construímos o Mapa 4, que ilustra o quadro das IES por concentração de publicações e suas respectivas espacialidades.

Mapa 4: Concentração de IES que publicaram sobre o tema da reestruturação socioespacial



Fonte: IBGE (2010). Organização: Autores (2020).

A partir do Mapa 4, visualizamos um quadro mais específico que permite que olhemos onde os debates estão fincados, em sua origem de discussão. Com isso, podemos perceber a determinação espacial das IES que mais lançam artigos para publicação sobre forma de concentração. Somando a esse mapa, construímos, também, a Tabela 5, a seguir:

Tabela 5: Percentual de Universidades com publicações da SER

Universidade	Quantidade	%	Universidade	Quantidade	%
UECE	15	31,9	**UFBA**	1	2.1
UNESP	5	10,6	**UFMG**	1	2.1

USP	5	10,6	**UFPA**	1	2.1
UFRJ	4	8,5	**UFRGS**	1	2.1
UEL	2	4,2	**UFTM**	1	2.1
UFF	2	4,2	**UFV**	1	2.1
UFRN	2	4.2	**UNIOESTE**	1	2.1
UERJ	1	2,1	**UNIVATES**	1	2.1
UERN	1	2.1	**URCA**	1	2.1
UEVA	1	2.1	**Total**	**47**	**100**

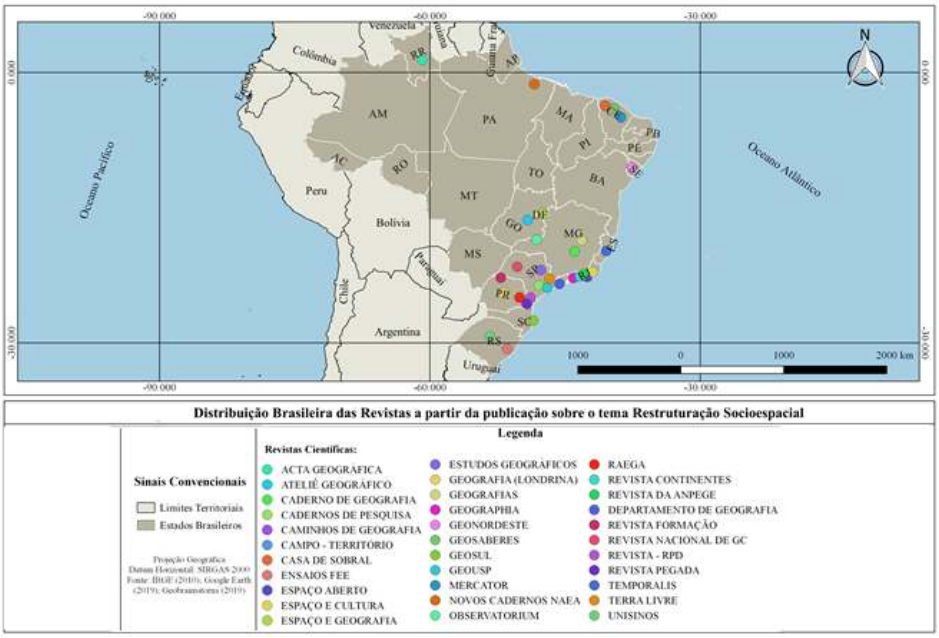
Fonte: IBGE (2010). Organização: Autores (2020).

As aglomerações ditas no mapa representam o quantitativo sobre a circunferência da esfera, que reflete o percentual enxergado na tabela 5. Como já sabíamos a partir do que foi representado no Mapa 4, o estado do Ceará é campeão em publicações sobre essa temática, entretanto o que não sabíamos é que a UECE representaria o maior percentual de publicação, isolando-se em comparação aos 26 estados brasileiros.

Além da Universidade Estadual do Ceará (UECE), também no Ceará, temos a representação da Universidade do Vale do Acaraú (UVA) e da Universidade Regional do Cariri (URCA). Se observamos o contexto nordestino, temos a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Outras universidades, como a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), também aparecem com bons números, mas não conseguimos compará-los em termos regionais.

Observando esse ranking de origem das publicações, ainda cabe tentar descobrir para onde estão indo as publicações. Na tentativa de perceber isso, vejamos o Mapa 5, a seguir:

Mapa 5: Distribuição das revistas que publicaram sobre reestruturação socioespacial



Fonte: IBGE (2010). Organização: Autores (2020).

Respondemos à pergunta acima a partir da projeção desse mapa. As publicações sobre a reestruturação socioespacial correspondem ao total de 33 revistas científicas distribuídas em cenário nacional. É possível concluirmos, com isso, a imensidão falada em todo este trabalho, uma vez que a RSE realmente demonstra o que Lima (1999) nos avisava, sobre o caráter de "pergaminho". Perpassando sobre as culturas do Norte, as bases sociais do Nordeste, a economia do Sudeste e a política do Sul, a

reestruturação socioespacial ocupa os meandros e os interstícios do saber, das espacialidades, das temporalidades e de todo o labor brasileiro.

A visualização das publicações nas revistas revelam o movimento que tal processo abarca, compondo o real, o cotidiano, entrando nas esferas espaço-temporais que legitimam um quadro de apogeus e declínios, propondo caminhos que avancem as barreiras geográficas nacionais.

Nessa conjuntura, cabe, também, analisar para onde estão indo os debates sobre a reestruturação. Poderíamos sugerir um caminho que conduzisse o debate, mas preferimos pensar que tal processo se denota de forma alinear, tendo em vista que ele se comporta em função de uma abordagem cíclica, que atinge as multidimensões escalares. Então, importante é perceber que, em cada temporalidade e espacialidade, se pensamos esse processo como eminentemente geográfico, cada um vai enxergar diferentes caminhos, compostos de pluralidades, resíduos, rupturas e avanços.

Considerações finais

Durante a exposição deste artigo tivemos como objetivo discutir bases conceituais e metodológicas sobre a reestruturação socioespacial. Para isso, a fim de fomentar discussões e reflexões do debate as considerações foram feitas a partir de autores como Lima (1999, 2006; 2008), Santos (2007, 2008, 2009) e Soja (1980, 1993), a fim de compor a espacialização da pesquisa metodológica quantitativa que apontou para onde, a espacialidade de tal discussão está em voga.

Nesse caminho, foi possível apontar a percepção da reestruturação socioespacial como a ideia de movimento. Movimentos estes contínuos e descontínuos tanto na premissa da temporalidade quanto nas abordagens espaciais. Como movimento, tal processo recai longe da inércia e do estatismo, apontando, na verdade, o percurso contrário, ou seja, validando a ideia do contínuo e da mobilidade.

Entendemos assim que a reestruturação socioespacial alimenta esses caminhos sobre a ideia de pergaminho, que possui seus altos e baixos, uma vez que ela pressupõe rupturas e soerguimentos, que, por sua vez, perfazem sua definição. Assim, a reestruturação socioespacial é uma proposição de múltiplos usos, conotações, derivações e interpretações necessárias à Ciência Geográfica, sobretudo.

Ao mesmo tempo, foi possível constatar que a reestruturação socioespacial ainda é pouco debatida no contexto nacional se comparada à reestruturação produtiva, por exemplo, como vimos nesta pesquisa.

Eis que, por esse motivo, tivemos como finalidade, nesta pesquisa, contribuir para a dimensão teórico-metodológica da reestruturação socioespacial, apontando seu caráter quadrimensional, quando referenciamos às transformações análogas ao espaço e, portanto, à sociedade. Para isso, quando recorremos a uma revisão bibliográfica, tentamos suscitar que pensemos categorias que puderam auxiliar em tal consolidação. Assim, acreditamos que incentivamos fortalecimento das nossas cargas teóricas, propondo novos olhares sobre uma epistemologia necessária ao construto geográfico.

Ao entender esse quadro, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, percebemos como está a discussão da reestruturação socioespacial nas Ciências, sobretudo, na Geografia Brasileira. Para isso, compreender de onde partem as publicações da reestruturação socioespacial e para onde está indo tal debate preconiza a nossa intenção de compreender como estão as discussões.

Nosso resultado de pesquisa demarca um certo contentamento, ao perceber que o debate da reestruturação socioespacial na Geografia está qualitativamente bem representado, sobretudo no estado do Ceará, onde a discussão ganha caráter notório e exemplar. Isso revela a importância do debate e a necessidade da expansão da sua continuidade.

Tais discussões visam compreender os interstícios que a reestruturação socioespacial demanda para as investigações geográficas, no sentido de solidificar e consolidar tal processo como categoria-chave para pensar a dinâmica espacial, a organização, a produção e a reprodução do espaço. Nesse sentido, a reestruturação socioespacial se comporta em uma contínua transição, a fim de perceber as continuidades e descontinuidades que tal termo carrega consigo. O debate nunca se encerra, ele é composto de sucessivas antíteses e sínteses.

Referências bibliográficas

ARISTOTELES. **Physique.** Paris: Belles Lettres, 1931.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 6.583, de 29 de setembro de 2008. **Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa**, assinado em

Lisboa em 16 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, Ano CXLV n. 189, 30 set. 2008.

BOURDIEU, P. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

CASTELLS, M. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CATALÃO, I. Socioespacial ou sócio-espacial: continuando o debate. **Revista Formação Online**, v. 2, n. 18, p. 39-62, jul./dez., 2011.

GOMES, M. T. S. **O Processo de reestruturação produtiva em cidades médias do oeste paulista:** Araçatuba, Birigui, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto. 331f. 2007. Tese (Doutorado em Geografia - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOMES, M. T. S. O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. **RAEGA**, Curitiba, v. 21, p. 51-77, 2011.

GOTTDIENER, M. **A Produção social do espaço urbano.** São Paulo: EDUSP, 1993.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p.73-89, jul./dez. 2012.

LENCIONE, S. Reestruturação: uma noção fundamental para os estudos transformações e dinâmicas metropolitanas. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 6, 2005. Buenos Aires, **Anais...** Buenos Aires: UBA, 1998, p.1-10.

LIMA, L. C. A reestruturação espacial: meio de inserir-se no novo mundo. **Humanidades e Ciências Sociais**, v. 1, n. 2, p. 59 – 64, 1999.

LIMA, L. C. **Reestruturação socioespacial:** do espaço banal ao espaça da racionalidade técnica. São Paulo: Annablune, 2006

LIMA, L. C. Reestruturação socioespacial do Ceará. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 15, 2008, São Paulo. ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS: O ESPAÇO NÃO PÁRA POR UMA AGB EM MOVIMENTO, 2008, 15, **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

MEDEIROS, A. B. de. Considerações sobre o prefixo re-. **Alfa: Revista linguística**, São José do Rio Preto, v. 56, n. 2, 2012.

MOREIRA, R. As categorias espaciais da construção geográfica da sociedade. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro- Niterói, v. 3, n. 5, p. 15-42, 2001.

MOREIRA, R. Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação. **GEOgraphia**, Niterói, a. 4, n. 7, 2002.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade.** Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova:** da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

SANTOS, E. de O.; LIMA, L. C. Reestruturação socioespacial do território cearense: serviços modernos em evidência nos subespaços dinâmicos. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 6, n.13, set./dez. p. 59-76, 2012.

SOUZA, M. L. de. Da diferenciação de áreas à diferenciação socioespacial: a visão (apenas) de sobrevoo como uma tradição epistemológica e metodológica. **Cidades**, São Paulo, v. 4, n. 6, p. 101–114, 2007.

SOUZA, M. L. de. Em torno de um hífen. **Formação**, Presidente Prudente, v. 1, n. 15, p. 159-161, jan./jul., 2008.

SOUZA, M. L. de. Introdução: a "nova geração" de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 6, n. 9, p. 9-26, jan./jun., 2009.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOJA, E. W. The socio-spatial dialectic. **Annals of the Association of the American Geographers**, Washington, v. 70, n. 2, p. 207-225, abr./jun., 1980.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SPOSITO, M. da E. **O chão em pedaços:** urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. 2004. 508 f. Tese (Livre Docência em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, Presidente Prudente, 2004.

VIANA, J. N. L. **Rupturas e continuidades: a produção do espaço e o processo de reestruturação:** um olhar a partir de São Gonçalo,

Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 312f. 2019. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

Submetido em: 19 de dezembro de 2020.

Devolvido para revisão em: 01 de abril de 2021.

Aprovado em: 16 de abril de 2021.